

**CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS –
CTIL
ATA DA 86ª REUNIÃO**

4 Data: 5 de setembro de 2006 (9h30 às 13h00).

5 Local: Miniauditório da Secretaria de Recursos Hídricos – SRH/MMA, em Brasília-DF.

6 PARTICIPANTES:

7 ■ Ministério do Meio Ambiente – SRH: Julio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)

8 ■ Ministério da Justiça: Carlos Hugo Suarez Sampaio (hugo.suarez@mj.gov.br)

9 ■ Ministério da Integração Nacional: Rogério de Abreu Menescal (rmenescal@ana.gov.br)

10 ■ Ministério das Cidades: Valdemar Ferreira de Araújo Filho (valdemar.araujo@cidades.gov.br)

11 ■ Ministério do Meio Ambiente - ANA: Maurício Abijaodi Lopes de Vasconcellos

12 (mauricio.lopes@ana.gov.br)

13 ■ Ministério de Minas e Energia: Marina Gutierrez Brandão Scalon (marina.scalon@mme.gov.br)

14 ■ Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – Espírito Santo e Minas Gerais: Adriana Araújo Ramos

15 (adriana.ramos@igam.mg.gov.br)

16 ■ Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – Rio de Janeiro e São Paulo: Luiz Fernando Carneseca

17 (lcarneseca@sp.gov.br)

18 ■ Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – Bahia e Ceará: Ana Cristina Monteiro Mascarenhas

19 (crismascarenhas@semarh.ba.gov.br)

20 ■ Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – Sergipe e Piauí: Raimundo Zeferino Júnior

21 (zeferino.junior@gmail.com)

22 ■ Concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica: Sonáli Cavalcanti Oliveira

23 (sonali@chesf.gov.br)

24 ■ Indústrias: Maria Luiza Werneck (mwerneck@cni.org.br)

25 ■ Pescadores e usuários de recursos hídricos com finalidade de lazer e turismo: Wilson de Azevedo

26 Filho (azefilho@hotmail.com)

27 ■ Comitês: Marcus Vinicius Lopes da Silva (cbhmogi@siteplanet.com.br)

28 ■ Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Daniela dos Santos Pinto

29 (daniela@ecodata.org.br)

30 ■ Organizações não governamentais: Ninon Machado de Faria Leme Franco

31 (ipanemasede@yahoo.com.br) (ninonmachado@terra.com.br)

32 ■ Organizações técnicas de ensino e pesquisa: Gilberto Valente Canali (gvcanali@uol.com.br)

33 CONVIDADOS:

34 ■ Ana Paula Xavier – SRH/MMA (ana-paula.xavier@mma.gov.br)

35 ■ Aureliano César Martins Silva – SRH/MMA (aureliano-cesar.silva@mma.gov.br)

36 ■ Christian André Haddad Govastki – Ministério de Minas e Energia (christian.govastki@mme.gov.br)

37 ■ Eli Siqueira Alves – Ministério de Ciência e Tecnologia (esiqueira@mct.gov.br)

38 ■ Franklin de Paula Jr. – SRH/MMA (franklin.junior@mma.gov.br)

39 ■ João Clímaco Soares de Mendonça – FONASC-CBH (representacaofonascnrh@yahoo.com.br)

40 ■ Márcio da Rosa Magalhães Bessa – SRH/MMA (marcio.bessa@mma.gov.br)

41 ■ Marco Antonio Ramos Caminha – FIESP (mcaminha@fiesp.org.br)

42 ■ Maurício Santos Pompeu – SRH/MMA (mauricio.pompeu@mma.gov.br)

43 ■ Paulo Roberto Soares Jr. – Ministério da Integração Nacional (paulorsjunior@yahoo.com.br)

44 ■ Roberto Alves Monteiro – SRH/MMA (roalmonite@ig.com.br)

45 ■ Rodrigo Fraga Massad – Ministério das Cidades (rodrigo.massad@cidades.gov.br)

46 ■ Wilson Bonança – FAESP (wbonanca@srjundiai.com.br)

47 RELATOR:

48 ■ Luiz Cláudio de Castro Figueiredo – SRH/MMA (luiz.figueiredo@cnrh-srh.gov.br)

49 ASSUNTOS DISCUTIDOS:

50 Às nove horas e trinta minutos do dia cinco de setembro de 2006, no miniauditório da
51 Secretaria de Recursos Hídricos – SRH/MMA, em Brasília/DF, iniciou-se a 86ª reunião da
52 Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTEL, do Conselho Nacional de
53 Recursos Hídricos – CNRH, para tratar da pauta conforme **Anexo I**. O Sr. Julio Thadeu
54 Kettelhut (SRH/MMA), na condição de Diretor da SRH/MMA, declarou abertos os trabalhos
55 e desejou boas vindas a todos. Referindo-se à pauta da reunião, justificou o seu primeiro item
56 “Eleição do Presidente”, considerando ser esta a primeira reunião para esse novo mandato em
57 andamento para os membros desta CTEL, de 1º de julho de 2006 a 30 de junho de 2008. Abriu
58 então a palavra aos presentes. A Sra. Ana Cristina Mascarenhas (CERH-BA) propôs assim

59um novo encaminhamento do Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) na Presidência da
60Câmara para o mandato de mais um ano, considerando os trabalhos profícuos realizados. Foi
61então seguida de votos de aprovação dos demais, sendo o Sr. Julio Thadeu Kettelhut
62(SRH/MMA) eleito por unanimidade dos membros presentes, para um novo mandato como
63Presidente da CTIL, no período de 1º de julho de 2006 a 30 de junho de 2007. O Presidente
64agradeceu então a confiança depositada por todos e ressaltou os importantes trabalhos
65desenvolvidos no âmbito do CNRH, em especial nesta CTIL. Passou então ao **Item 2 -**
66**Informes**, quando foram feitos elogios à nova estrutura do miniauditório da SRH/MMA, local
67de realização desta reunião. A Sra. Ninon Machado (ONGs) apresentou uma proposta de
68elaboração de moção do CNRH de manifestação de apoio à não importação de pneus e outros
69bens usados (**Anexo II**). Solicitou o auxílio da Secretaria Executiva na elaboração de uma
70minuta de texto para a proposta. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) solicitou que essa
71proposta fosse apresentada na próxima reunião desta CTIL. Retomando a palavra, a Sra.
72Ninon Machado (ONGs) solicitou a inversão da análise do item 7 de pauta para o início da
73reunião, o que foi aceito por todos. Passou-se então ao **Item 3 de pauta: Aprovação da ata da**
74**85ª reunião da CTIL**, o que ocorreu com modificações solicitadas pelo Sr. Wilson de
75Azevedo Filho (Pescadores e usuários de água para o lazer e turismo), pelo Sr. Wilson
76Bonança (FAESP) e pelo Sr. João Clímaco (ONGs). Em seguida, atendendo a solicitação
77apresentada pela Sra. Ninon Machado (ONGs), passou-se ao **Item 7: Debates para a análise**
78**do tema da representatividade no CNRH**. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) iniciou
79apresentando um histórico do assunto. Falou de aspectos do processo atual para a realização
80das assembleias eletivas para o CNRH nos segmentos dos usuários e da sociedade civil,
81realizado com base na Resolução CNRH nº 14, de 2000. Como destaque, citou os gastos
82elevados necessários para a garantia da divulgação e da transparência desse processo.
83Lembrou que a citada Resolução incumbia a Secretaria Executiva de gerenciar a realização do
84processo eletivo, com ênfase em procedimentos estruturantes, não cabendo aspectos
85decisórios. Com isso, prosseguiu, visando questões referentes à garantia de uma
86representatividade efetiva nesse processo, definiu-se a discussão desse tema nesta CTIL.
87Expôs seu entendimento que cada segmento envolvido deveria apresentar sua proposta de
88procedimentos visando tais aspectos, como uma forma de iniciar os debates. A Sra. Maria
89Luiza Werneck (Indústria) disse que cada segmento teria o seu entendimento de
90representatividade. Pelo fato, e considerando as definições da última reunião desta CTIL,
91propôs que fosse realizada uma oficina para o debate e o nivelamento de conceitos referentes
92à representatividade, como uma primeira providência para a análise do tema. Destacou ainda a
93importância de uma representatividade de âmbito nacional no CNRH. O Sr. João Clímaco
94(ONGs) citou pleitos referentes à questão apresentados em encontros nacionais de redes de
95segmentos específicos da sociedade civil, os quais, em sua opinião, deveriam ser considerados
96nesses debates. Destacou que o conceito de representatividade para a sociedade civil passaria
97pelas visões de várias redes distintas, com entendimentos específicos. Pelo fato, expôs sua
98discordância com a proposta de realização de uma oficina. Opinou ainda que deveriam ser
99inseridos mecanismos para que a Resolução CNRH nº 14, de 2000, contemplasse limites para
100a recusa de inscrições, assim como diretrizes para as ações da SRH/MMA referentes à
101acessibilidade ao processo e à divulgação de seus resultados. O Sr. Gilberto Canali (Org.
102técnicas e de ensino e pesquisa) opinou que na realização de uma oficina o tema seria
103recorrente, pela própria representatividade restrita inerente ao evento. Indicou que a questão
104seria, objetivamente, a organização de um processo eletivo, estando a representatividade, em
105sua opinião, diretamente relacionada à disseminação da informação. O Sr. Julio Thadeu
106Kettelhut (SRH/MMA) agregou ainda, como características importantes para uma
107representatividade, a capacidade de difusão dos temas em debate e também de consolidação
108de propostas efetivamente representativas. Em reforço, a Sra. Ana Cristina Mascarenhas
109(CERH-BA) ressaltou que o exercício efetivo da representatividade no processo eletivo para o
110CNRH deveria passar pela capilaridade do segmento e também pela legitimação de propostas
111no âmbito de cada representação. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) lembrou, no
112sentido da divulgação de informações, de uma proposta anterior debatida nesta CTIL de

113 disponibilização, no sítio eletrônico do CNRH, de espaço reservado para cada segmento
114 utilizar na forma que melhor lhe aprouver. O Sr. João Clímaco (ONGs) disse que esse debate
115 deveria ser estendido a todo o SINGREH, com destaque para os comitês. Citou então a
116 consideração, em sua opinião indevida, dos comitês e consórcios como integrantes do
117 segmento da sociedade civil no CNRH. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) propôs a
118 criação de grupo de discussão sobre o assunto na *internet*, com a participação dos membros
119 desta CTIL. A Sra. Sonáli Oliveira (Concessionárias de energia hidrelétrica) concordou e
120 solicitou que o Sr. João Clímaco (ONGs) disponibilizasse dessa forma os por ele citados na
121 linha 95 desta ata “pleitos referentes à questão apresentados em encontros nacionais de redes
122 de segmentos específicos”. A Sra. Ninon Machado (ONGs) propôs que fossem recuperados os
123 documentos sobre o tema já discutidos nesta CTIL. Disse que tornaria disponível a tese da
124 Sra. Daniela Nogueira, que abordaria essa temática. Lembrou ainda dos trabalhos do Projeto
125 Marca D’água, cujos estudos atuais estariam se debruçando sobre o perfil dos integrantes dos
126 comitês e consórcios. Finalizando, solicitou a distribuição de um *paper* de sua autoria (**Anexo**
127 **III**), referente à questão da representatividade no SINGREH, apresentado durante o Simpósio
128 de Recursos Hídricos do Sul e Sudeste, realizado em Curitiba-PR, no último mês de agosto. A
129 Sra. Maria Luiza Werneck (Indústria), por oportuno, leu os temas para debate propostos pela
130 Sra. Patrícia Boson (Indústria), conforme mensagem eletrônica encaminhada (**Anexo IV**). O
131 Sr. Valdemar Araújo (Min. Cidades) propôs que a discussão do tema deveria ocorrer no
132 âmbito da CTIL, num formato mais simples, com apresentações e debates posteriores durante
133 as próprias reuniões. Por pertinência, o Sr. Luiz Cláudio Figueiredo (SRH/MMA) informou
134 sobre o Seminário “Gestão dos recursos hídricos e a cobrança pelo uso da água”, um evento
135 da OAB-SP, ocorrido em São Paulo-SP, quando teria sido tema de uma das palestras “A
136 representatividade da sociedade civil nos colegiados de recursos hídricos”, proferida pela Sra.
137 Laurinda Evaristo Molitor. O Sr. Wilson de Azevedo Filho (Pescadores e usuários de água
138 para o lazer e turismo) questionou se o objetivo do debate sobre representatividade seria que o
139 CNRH de alguma forma normatizasse sobre a questão. Se assim o fosse, opinou que os
140 entendimentos seriam específicos para cada segmento, o que tornaria essa intenção inviável.
141 Esclarecendo, a Sra. Ninon Machado (ONGs) disse que a intenção seria abrir o debate sobre a
142 questão da representatividade com palestras, sendo as conclusões retiradas em momento
143 posterior. O Sr. João Clímaco (ONGs) sugeriu que as conclusões desta CTIL fossem obtidas
144 até o meio deste atual mandato dos conselheiros, prazo que possibilitaria seu rebatimento no
145 próximo processo eletivo para o CNRH. Considerando o fim de inscrições para o debate e as
146 propostas já apresentadas, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA), como encaminhamento
147 da matéria, propôs que fossem agendadas para a próxima reunião uma ou duas palestras de 20
148 a 30 minutos, seguidas de debates. Disse ainda que as indicações de palestrantes estariam em
149 aberto, nesta reunião ou junto à Secretaria Executiva. Disse que, independentemente das
150 palestras, cada segmento deveria apresentar sua proposta para a questão da representatividade
151 nos processos eletivos para o CNRH, visando sempre a transparência, a capilaridade e o
152 retorno das informações. Disse ainda que a Secretaria Executiva providenciaria a criação de
153 uma lista de discussão virtual para a troca de informações e debates sobre o tema entre os
154 membros desta CTIL. Houve a concordância de todos com esses encaminhamentos propostos.
155 Por oportuno, o Sr. Franklin de Paula Jr. (SRH/MMA) sugeriu que as apresentações deveriam
156 iniciar com uma abordagem mais ampla da questão da representatividade. Com isso,
157 considerando os debates sobre reforma política em andamento no âmbito do PNUMA,
158 indicou o nome do Prof. Leonardo Avritzer, da UFMG, como palestrante na próxima reunião.
159 Por sua vez, dentro dessa mesma linha, o Sr. Valdemar Araújo (Min. Cidades) indicou os
160 nomes do Sr. Jairo Nicolau, da IUPERJ, e do Sr. Fabiano Santos. Partiu-se então para o **Item**
161 **14 de pauta: Análise da proposta de Moção que “recomenda princípios e prioridades de**
162 **investimento de ciência e tecnologia em recursos hídricos”, encaminhada pela Câmara**
163 **Técnica de Ciência e Tecnologia – CTCT.** O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA)
164 convidou o Sr. Eli Siqueira Alves (Ministério de Ciência e Tecnologia) para apresentar a
165 matéria. O Sr. Eli Siqueira Alves (Ministério de Ciência e Tecnologia) passou a explicar a
166 proposta de Moção apresentada (**Anexo V**), fixando-se ao seu texto. Destacou os entes de

167encaminhamento da Moção, ressaltando que estariam abertas novas proposições. Em seguida,
168se ateve ao Anexo, explicando cada um dos princípios e prioridades propostos. Em
169complementação, o Sr. Márcio Bessa (SRH/MMA), responsável pela CTCT na Secretaria
170Executiva, disse que a proposta de Moção procurava espelhar as demandas apresentadas pelo
171segmento dos pesquisadores. Destacou que, em decorrência da proposta, a CTCT tinha a
172intenção de direcionar ações para uma aproximação com cada um dos fundos citados, para
173debates visando a inserção dos temas. Finalizou indicando a importância do encaminhamento
174da proposta apresentada para deliberação superior do Plenário do CNRH com o parecer
175favorável desta CTIL. Entrando nos debates, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) disse
176que um dos objetivos da gestão de recursos hídricos seria a racionalização e a otimização do
177uso da água, que passariam obrigatoriamente pelo desenvolvimento tecnológico. A Sra. Ninon
178Machado (ONGs) parabenizou o trabalho realizado no âmbito da CTCT. Lembrou que os
179conhecimentos tradicionais deveriam ser contemplados nessa proposta de Moção. Fez ainda
180considerações ao texto da moção e seu anexo, retratadas no **Anexo VI**. A Sra. Maria Luiza
181Werneck (Indústria) questionou se tinha havido a preocupação de um exame junto à
182regulamentação de cada um dos fundos sobre a verificação da possibilidade da destinação de
183seus recursos para aplicação em recursos hídricos e ainda, da sua execução por entidades
184privadas. O Sr. Carlos Hugo Suarez Sampaio (Min. Justiça) fez considerações ao texto da
185moção (**Anexo VI**) e questionou a não inclusão do Ministério das Cidades em algumas das
186atividades propostas. O Sr. Gilberto Canali (Org. técnicas e de ensino e pesquisa) sugeriu que
187fosse contemplado na proposta o desenvolvimento tecnológico do setor hidroviário, como um
188novo item no Anexo. Comentou que, considerando a característica de recomendação inerente
189a uma moção do CNRH, a redação de alguns itens da proposta deveria ser adequada para, por
190exemplo: iniciar com verbos no infinitivo; utilizar redação direta; cuidado com o uso de
191palavras de comando. Recomendou que a Secretaria Executiva fizesse uma avaliação neste
192sentido, promovendo as alterações pertinentes nos aspectos formais de redação. A Sra. Sonáli
193Oliveira (Concessionárias de energia hidrelétrica) questionou se entre os fundos citados
194estaria incluído o Fundo Nacional de Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia – FNDCT,
195que definiria a aplicação dos recursos da compensação financeira arrecadados junto ao setor
196de hidroeletricidade. Tal inclusão, prosseguiu, implicaria na admissão da ANNEL no item
197sobre pesquisa e desenvolvimento do Anexo. O Sr. Wilson de Azevedo Filho (Pescadores e
198usuários de água para o lazer e turismo) manifestou sua preocupação com o formato adotado
199na moção para a citação dos fundos e instituições de encaminhamento. Sugeriu que fossem
200discriminados separadamente. Referindo-se ao Anexo, propôs que as recomendações fossem
201agrupadas por segmento usuário da água, não por temas. O Sr. Rogério Menescal (Min. da
202Integração Nacional) parabenizou a iniciativa da CTCT, com destaque para a divulgação e a
203apropriação de resultados, necessários considerando o envolvimento de recursos públicos. O
204Sr. João Clímaco (ONGs) também parabenizou a CTCT pela iniciativa e o esforço
205empreendido. Sugeriu que fosse incluído texto na proposta propondo o incentivo e o apoio a
206pesquisas e desenvolvimento de estudos voltados para o aperfeiçoamento institucional e sócio
207político no SINGREH e seus atores. Propôs também alterações de redação, retratadas no
208**Anexo VI**. Indicou que os organismos de ciência e tecnologia e de recursos hídricos deveriam
209atentar para os processos de democratização desses projetos, em especial a participação da
210sociedade civil na sua gestão. A Sra. Adriana Ramos (CERH-MG) também parabenizou os
211trabalhos realizados pela CTCT, destacando a sua complexidade. Expôs sua preocupação com
212o aspecto formal da proposta, a forma de disposição das colocações, que, sugeriu, deveriam
213ser revistas visando uma maior objetividade. Ratificou a preocupação apresentada pela Sra.
214Maria Luiza Werneck (Indústria) sobre a impossibilidade de atendimento, pelos fundos
215citados, das recomendações apresentadas na moção. O Sr. João Clímaco (ONGs), em
216contraponto, opinou que eventuais impossibilidades de atendimento das recomendações pelos
217fundos citados não deveria ser um impedimento para o encaminhamento da moção, que
218poderia ser recebida na forma de uma contribuição para o seu aperfeiçoamento. Os debates
219foram focados então na tabela apresentada no Anexo. Assim, foi recomendado que a CTCT
220fizesse uma verificação de inconsistências nessa tabela. Foi sugerida ainda a exclusão da

221coluna de executores, considerando que não caberiam tais definições em uma moção. Ainda
222em relação à tabela, foi sugerido que a CTCT analisasse a pertinência da sua manutenção no
223Anexo. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) lembrou que até a próxima reunião
224plenária do CNRH deveriam ocorrer outras reuniões desta CTIL, e outras para a CTCT. Com
225isso, considerando os debates empreendidos nesta reunião, propôs um retorno da proposta de
226moção à CTCT, encaminhando todas as recomendações advindas desta reunião. A sugestão
227foi acatada por unanimidade, sendo a proposta de Moção consolidada conforme **Anexo VI**.
228Passou-se então ao **Item 5 de pauta: *Análise de aspectos da proposta de Resolução que***
229***“altera o inciso III, art. 2º, da Resolução CNRH nº 10, de 2000”***, encaminhada pela Câmara
230Técnica de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços – CTGRHT. O Sr. Julio Thadeu
231Kettelhut (SRH/MMA) convidou a Sra. Celina Xavier (SRH/MMA) para apresentar a
232matéria. A Sra. Celina Xavier (SRH/MMA) disse que o intuito desse encaminhamento pela
233CTGRHT seria a proposição da substituição do termo “*gestão integrada em bacias*
234*transfronteiriças*” por “*gestão de bacias hidrográficas contendo recursos hídricos*
235*fronteiriços e transfronteiriços*”, no inc. III, art. 2º, da Resolução CNRH nº 10, de 2000, que
236institui a CTGRHT. Destacou o aspecto consultivo e informativo deste encaminhamento, ou
237seja, que não pretendia-se ainda um encaminhamento para deliberação superior do Plenário do
238CNRH. Aberto o debate, o Sr. Gilberto Canali (Org. técnicas e de ensino e pesquisa) indicou
239que essa mesma questão de terminologia seria recorrente no âmbito das Nações Unidas, sendo
240ponderada uma certa ambigüidade na utilização do termo bacia transfronteiriça, sendo
241comumente adotado “sistemas hídricos fronteiriços e transfronteiriços”. O Sr. Wilson de
242Azevedo Filho (Pescadores e usuários de água para o lazer e turismo) fez ressalva para a
243necessidade da manutenção do termo “integrada”, considerando a importância de uma gestão
244integrada dos recursos hídricos. Expôs sua opinião que não caberia a alteração da Resolução
245CNRH nº 10. A Sra. Celina Xavier (SRH/MMA) ressaltou que tal mudança fora entendida
246como pertinente no âmbito da CTGRHT, em concordância com as definições adotadas no
247Tratado do Apa. O Sr. Maurício Vasconcellos (ANA) lembrou a característica territorial de
248uma bacia hidrográfica, o que traria a implicação que o termo atualmente adotado estaria
249inadequado para a gestão de recursos hídricos. Após novos debates, foi proposto, e aceito por
250todos, que fosse encaminhado à CTGRHT um ofício resposta (**Anexo VII**) declarando a
251concordância obtida nesta CTIL com a proposição apresentada, mas com a recomendação de
252uma análise da pertinência de utilização do termo “sistemas hídricos fronteiriços e
253transfronteiriços”. Considerando os debates, foi solicitado ainda o encaminhamento de
254sugestões de redação para a proposta de resolução apresentada, consolidadas conforme **Anexo**
255**VIII**. Passou-se então ao **Item 6 de pauta: *Debates para a análise dos aspectos referentes a***
256***recursos hídricos do Programa Amazônia Sustentável – PAS***. A Sra. Maria Luiza Werneck
257(Indústria) propôs que fosse dado mais tempo para análise desse tema, que ficaria adiado para
258a próxima reunião desta CTIL. Houve concordância geral. Assim, passou-se ao **Item 8:**
259***Relato das atividades do GT “Água e florestas”, do GT “Resolução ANA nº 399, de 2004”,***
260***e do GT “SIAPREH”***. A Sra. Ninon Machado (ONGs), coordenadora do GT “Água e
261florestas”, apresentou a proposta de retomada dos trabalhos do Grupo, com uma reunião junto
262à próxima da CTIL. Apresentou uma proposta de trabalho, conforme **Anexo IX**. Solicitou que
263essa proposta fosse distribuída, por correio eletrônico, a todos os membros do GT. O Sr. Julio
264Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) solicitou que esse GT apresentasse, na próxima reunião da
265CTIL, um documento para início do debate. O Sr. Carlos Hugo Suarez Sampaio (Min. Justiça)
266propôs que fossem convidados a participar desse GT representantes da SBF/MMA, do
267IBAMA e da Rede Mata Atlântica. Passou-se então ao GT “Resolução ANA nº 399, de
2682004”. O Sr. Luiz Cláudio Figueiredo (SRH/MMA) justificou a ausência da Sra. Thaís
269Madruga (CONJUR/MMA), coordenadora desse GT, e apresentou sua proposta de retomada
270dos trabalhos do GT em reunião próxima à da CTIL. Da mesma forma que para o GT
271anterior, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) solicitou que esse GT apresentasse texto
272para debate no âmbito da Câmara, para a próxima reunião. Passou-se então ao GT
273“SIAPREH”. Considerando o horário de abordagem desse item de pauta, 12h30, foi
274informada a impossibilidade de comparecimento da Sra. Manuela Moreira (SRH/MMA),

275coordenadora desse GT, ou mesmo de sua representante. Entretanto, o Sr. Gilberto Canali
276(Org. técnicas e de ensino e pesquisa) apresentou sugestão que fosse verificada, junto à ANA,
277a realização de um trabalho, correlato ao SIAPREH, de levantamento sobre as políticas
278estaduais de recursos hídricos. O Sr. Valdemar Araújo (Min. Cidades) alertou que ainda
279caberiam debates no âmbito desse GT sobre a metodologia utilizada nos questionários
280aplicados para o SIAPREH. Abriu-se então para os **Informes**. O Sr. João Clímaco (ONGs)
281solicitou registro da sua expectativa positiva de participação no CNRH, na condição de
282Conselheiro titular no segmento das ONGs, representante do Conselho Popular de Defesa dos
283Direitos Humanos dos Moradores do Bairro Felicidade. Indicou que o Conselho Popular
284carecia de representatividade nacional, tendo sido emblemática a sua eleição, mas que ele
285faria parte da Rede FONASC, esta sim com uma efetiva representatividade nacional. O Sr.
286Wilson de Azevedo Filho (Pescadores e usuários de água para o lazer e turismo) solicitou a
287palavra para anunciar uma ação do Distrito Federal na implementação da gestão de seus
288recursos hídricos: a publicação do Decreto do Distrito Federal nº 27.152, de 31 de agosto de
2892006, de criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranoá. O Sr. Gilberto Canali
290(Org. técnicas e de ensino e pesquisa) questionou como viria sendo feito o acompanhamento
291da tramitação no Congresso Nacional de PLs referentes a recursos hídricos. O Sr. Julio
292Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) informou que tanto o MMA quanto a ANA possuíam
293assessorias parlamentares incumbidas deste acompanhamento. Por oportuno, o Sr. Carlos
294Hugo Suarez Sampaio (Min. Justiça) lembrou da existência de um boletim eletrônico da
295Assessoria da ANA que periodicamente encaminharia relatos sobre questões parlamentares.
296Foi requerido então que a Secretaria Executiva tomasse providências para a solicitação, junto
297à ANA, de inclusão dos membros desta CTIL para recebimento do citado boletim. O Sr.
298Gilberto Canali (Org. técnicas e de ensino e pesquisa) lembrou de várias iniciativas de
299alterações no PL nº 1.616, de 1999, encaminhadas nos últimos anos, todas com resultados
300infrutíferos. Informou que ele próprio encaminhara formalmente sugestões para o PL, à
301SRH/MMA e à ANA, inclusive com uma proposta de sua retirada do Congresso, para debate
302no âmbito do CNRH. Finalizou indicando que, em sua forma atual, o PL nº 1.616, de 1999, se
303constituía em um retrocesso para a política de recursos hídricos no País. A Sra. Ninon
304Machado (ONGs) disse que encaminhara uma proposta de elaboração de moção do CNRH
305com manifestação de repúdio à importação de pneus usados. Disse que a moção deveria ser
306encaminhada ao MMA e ao MRE e finalizou solicitando auxílio à Secretaria Executiva para a
307elaboração do seu texto. O Sr. Marcus Vinicius Silva (Comitês) parabenizou o Sr. Julio
308Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) pela sua recondução como Presidente desta CTIL. Falou do
3098º Encontro Nacional dos Comitês de Bacia Hidrográfica, realizado em Vila Velha-ES, de 6 a
31010 de agosto pp, quando foram recebidas 856 inscrições de participação, contando-se com
311representantes de 19 Estados e de mais de 100 Comitês. Na ocasião, disse, foram empossados
312no âmbito do CERH-ES os membros de três novos Comitês e iniciadas as tratativas para a
313criação de outros, num claro estímulo à formação de Comitês naquele Estado e uma ação
314típica do papel do Fórum Nacional de CBHs. Disse que o tema do Encontro teria sido “O
315Plano Nacional de Recursos Hídricos e a Gestão participativa”, com os três seguintes sub-
316temas: Gestão participativa, Planejamento e Sustentabilidade dos Comitês. Solicitou também
317registro e destaque para as Oficinas de Capacitação realizadas, finalizando com a informação
318de encaminhamento posterior dos anais do Encontro. O Sr. Wilson de Azevedo Filho
319(Pescadores e usuários de água para o lazer e turismo) questionou o Sr. Julio Thadeu
320Kettelhut (SRH/MMA) sobre novidades referentes à Moção CNRH nº 36, de 2006, que
321informou sobre a inexistência de notícias sobre novos encaminhamentos, permanecendo a
322Moção em discussão no âmbito da Casa Civil. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA)
323informou sobre a realização, no início de dezembro próximo, na cidade de Campo Grande-
324MS, de Congresso sobre o Aquífero Guarani. E assim, nesse momento, às 13h00, agradeceu a
325presença e o empenho de todos e encerrou os trabalhos desta 86ª reunião da CTIL.

326**RESUMO DA REUNIÃO:**

327- Item 2: o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) foi reconduzido à condição de Presidente
328desta CTIL, para o período de 1º de julho de 2006 a 30 de junho de 2007;

329- Item 3: aprovada a ata da 85ª reunião da CTIL, com modificações;
330- Item 4: definido o retorno da proposta de moção à CTCT, encaminhando todas as
331 recomendações advindas desta reunião;
332- Item 5: definido o encaminhamento à CTGRHT de um ofício resposta declarando a
333 concordância obtida com a proposição apresentada, mas com a recomendação de uma análise
334 da pertinência de utilização do termo “sistemas hídricos fronteiriços e transfronteiriços”; foi
335 solicitado ainda o encaminhamento de sugestões de redação para a proposta apresentada;
336 Item 6: por solicitação, foi concedido mais tempo para análise desse tema, que ficou adiado
337 para a próxima reunião;
338- Item 7: ficou definido o agendamento, para a próxima reunião, de uma ou duas palestras
339 seguidas de debates, sobre o tema da representatividade; e ainda, que cada segmento deveria
340 apresentar sua proposta para a questão da representatividade nos processos eletivos para o
341 CNRH, visando sempre a transparência, a capilaridade e o retorno das informações; por sua
342 vez, a Secretaria Executiva deverá providenciar a criação de uma lista de discussão virtual
343 para a troca de informações e debates sobre o tema entre os membros desta CTIL;
344- Item 8: feitos relatos das atividades dos três GTs, com chamadas para a retomada de
345 reuniões.
346 Ata aprovada na 87ª Reunião da CTIL, realizada em 17 de outubro de 2006.

347
348
349
350
351
352
353
354

Julio Thadeu Silva Kettelhut
Presidente da CTIL

Luiz Cláudio de Castro Figueiredo
Relator